

## **REUNIÃO MEC/ABRAHUE/ANDIFES 11 – 07 – 06**

PRESENTES: Dr. Manuel Palácio  
Prof<sup>ª</sup>. Ilka Maria  
Dr. Amâncio P Carvalho  
Dr. José Roberto Ferraro  
Procurador Rinaldo Maya  
Reitor Arquimedes Cilone  
Dr. Giovanni Loddo  
Dr. José Garcia (GO)  
Dr. Carlos Alberto Justo  
Berenice Tessari

### Pauta

“Elaboração de proposta no âmbito da reforma Universitária para os hospitais de ensino federais do MEC”.

A proposta deve conter dois pontos básicos (estruturais): a gestão (de qualidade) dos HU e o financiamento. Como essa conta, a figura jurídica, a diretoria, o pessoal e outros assuntos estarão dentro das duas vertentes, deve-se discutir até esgotar, é um assunto delicado, mas que precisa ser enfrentado.

O primeiro a ser considerado é o Programa de Reestruturação do HU com os seguintes passos: quanto custa a tarefa, o que cabe a cada assistência ? MS, pesquisa ? MCT e ensino ? MEC juntamente com o MPOG. Considerar que é uma proposta de governo que altera paradigmas em sua essência e modifica-se em sua operacionalização.

As soluções para os problemas não podem ser antigas, as mesmas que já foram tentadas e voltou-se ao início, à mesma situação. Exemplo de nada adiantaria mesmo que fosse possível a contratação de 11 mil funcionários (11 mil vagas) em um curto espaço de tempo, voltaríamos a ter problemas com o TCU. Toda a capacidade de gestão, mas não na lógica da tabela do SUS, esta não é a proposta adequada para um hospital de ensino, o governo apontou para este entendimento quando criou o Programa de Reestruturação dos HE, na Comissão Interinstitucional, não podemos retroceder nem ser impedido de prosseguir para questões ideológicas ou outras, assim sendo vamos discutir com ANDES, FASUBRA, UNE etc., até chegar a um consenso.

Dr. Arquimedes lembrou que estamos em um momento privilegiado quanto ao orçamento da União para 2007, cujo presidente Dep. Gilmar Carvalho é sensível a causa e quer colaborar para que se resolvam as impasses dos hospitais de ensino que já se arrastaram a anos. Momento propício para se apresentar em novo modelo; os HEs estão fora da reforma, mas por emendas podem ser incluídos, para tal é preciso que se unam forças para uma linguagem consensual entre MEC/MS/ANDIFES/FASUBRA/ABRAHUE e outros atores. Registre-se que o Presidente da República também quer solucionar este problema.

De imediato precisa-se fazer gestões junto ao TCU/AGU/MP para que se consiga um moratório prazo em que se regularize as ilegalidades.